

Pressionada, Constituinte tenta acordo

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

Pressionados por lobbies dos magistrados, dos policiais civis e até mesmo dos índios, os líderes partidários na Constituinte não conseguiram chegar, até as últimas horas de ontem, a um acordo sobre as atribuições do Ministério Público na nova Constituição. O presidente Ulysses Guimarães marcou para as 9 horas de hoje a votação da matéria, na expectativa de que seja obtido o consenso até o início da manhã.

As 20h30, o deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ) informou que as lideranças haviam fechado um acordo parcial, estabelecendo que o Ministério Público será o guardião e o fiscal das leis e da sociedade e que caberá à advocacia-geral da União a representação dos interesses do governo. A divisão das funções, que já constava do texto acertado na manhã de sexta-feira, desagradou a uma parte dos atuais membros da Procuradoria-Geral da República. Eles reclamam a perda da tradição e de algumas vantagens.

Segundo a emenda de fusão, o Ministério Público terá autonomia funcional garantida e será dividido em Ministério Público Federal e dos estados. Aos procuradores federais e aos estaduais estarão asseguradas a vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de vencimentos. Em contrapartida, a eles será vedado receber honorários, percentagens ou custas processuais, exercer a advocacia, participar de socieda-

de comercial ou atuar em partidos políticos, salvo prévio afastamento.

Um acordo geral sobre o assunto chegou a ser discutido durante a tarde em plenário. Mas quando Ulysses Guimarães ia anunciar a votação da fusão de quatro emendas e 12 destaques, a deputada Cristina Tavares, de Pernambuco, argumentou que o tema não estava suficientemente esclarecido. E foi aplaudida, numa demonstração de que a maioria do plenário discordava do texto proposto.

A sessão foi então suspensa por uma hora, para que, no gabinete de Ulysses, pudessem ser tentadas novas fórmulas. Como não houve consenso, ele decidiu transferir a votação para hoje.

TUMA

O lobby dos policiais civis teve ontem um forte aliado: o diretor-geral da Polícia Federal, Romeu Tuma, que durante cerca de duas horas circulou com desenvoltura no Salão Verde do Congresso. Inicialmente, sua presença foi associada aos trabalhos da CPI da corrupção. Ele negou, mas admitiu que pretendia conversar também com o presidente da comissão, senador José Inácio.

O delegado começou seu trabalho de convencimento visitando o líder do PFL, José Lourenço. Em seguida esteve com Ulysses Guimarães e com o relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral. A todos pediu apoio à emenda do deputado João de Deus Antunes (PDT-RS), que assegura aos delega-

dos de polícia equiparação com o Ministério Público.

Cercados por delegados e policiais civis, Romeu Tuma e Bernardo Cabral conversaram também sobre o poder que o Ministério Público terá para requisitar inquiridos. Os delegados, segundo Tuma, querem que os pedidos sejam justificados. A definição da questão deverá acontecer, no entanto, na formulação das leis complementares.

MILITARES

A Constituinte deve começar a votar amanhã o Título V do projeto constitucional, que trata da participação dos militares na manutenção da lei quando for decretado estado de sítio ou estado de defesa pelo presidente da República. Embora haja poucas divergências nos textos dos projetos da Sistematização e do Centrão, os constituintes deverão apreciar 28 destaques. Alguns reivindicam a supressão do estado de defesa (que corresponde ao estado de emergência). Outros querem retirar das Forças Armadas o direito de intervir em assuntos político-institucionais.

As propostas da Sistematização e do Centrão indicam que as Polícias Militares são forças auxiliares e de reserva do Exército. Embora os textos sejam parecidos, os militares preferem a redação do Centrão, que inclui o Corpo de Bombeiros. Diz ainda que as PMs serão responsáveis pela "polícia ostensiva" e preservação da ordem pública, e não "policliamento ostensivo", como quer o projeto do relator Bernardo Cabral.